



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº , DE 2020. (Medida Provisória nº 945, de 2020)

Dispõe sobre medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da covid-19 no âmbito do setor portuário e sobre a cessão de pátios da administração pública.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO Nº

Suprime-se o art. 13 do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória 945 de 2020.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo suprimir o art. 13 do PLV, no qual suspende até 31 de dezembro de 2021 as contribuições previstas na Lei nº 5.461, de 25 de junho de 1968, que são fontes de receita do Fundo de Desenvolvimento Profissional Marítimo, arrecadadas das empresas particulares, estatais, de economia mista e autárquicas, quer federais, estaduais ou municipais, de navegação marítima, fluvial ou lacustre; de serviços portuários; de dragagem e de administração e exploração de portos.

Esses recursos também são destinados ao Sistema “S”, a diferença é que essa contribuição é destinada ao Fundo Especial gerido pela Diretoria de Portos e Costas da Marinha do Brasil, enquanto as demais contribuições são destinadas aos denominados aos serviços sociais autônomos, conhecidos como Sistema “S”: Sest, Senat, Sesi, Senac, etc.

Esta emenda busca assegurar tratamento igualitário entre as empresas do setor marítimo e demais empresas que recolhem ao Sistema “S”, uma vez que a Medida Provisória nº 932/2020, convertida na Lei nº 14.025/2020, reduziu as alíquotas das contribuições aos Sistema “S” em 50 %, mas por período de três meses. Não seria razoável a suspensão da cobrança das



* C D 2 0 1 2 5 0 0 7 5 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

contribuições por um período tão longo, enquanto as contribuições das demais entidades do Sistema “S” foram reduzidas em 50% por apenas três meses (abril, maio e junho).

A suspensão das contribuições até 31 de dezembro de 2021, além de ser desproporcional ao que estava previsto na MPV nº 932/2020, prejudicará a formação e o aperfeiçoamento de profissionais do modal portuário, podendo deixar o Fundo Nacional de Desenvolvimento de Ensino Marítimo - FDEPM prejudicado no decorrer dessa suspensão.

Desse modo, considerando a relevância social da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares pela aprovação dessa emenda.

Sala das Sessões, de de 2020.

Deputado Diego Andrade

PSD - MG